

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP,** realizada em Lisboa nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2022, com a presença de oito (8) membros integrantes. Justificaram as suas ausências o Conselheiro Paulo Martins, suplente de Daniel Loureiro, o Conselheiro Manuel Coelho, o Conselheiro Paulo Marques e o Conselheiro Pedro Rupio. Estiveram presentes os Conselheiros Flávio Martins, Amadeu Batel, Maria de Lourdes De Almeida, Ângelo Horto, António Cunha, Lígia Fernandes, Rita Santos e Nelson Ponta Garça . No primeiro dia de trabalhos, segunda-feira, 14 de novembro de 2022, no Auditório Dr. Almeida Santos, pelas 9h30, deram-se início aos trabalhos. O Conselheiro Presidente Flávio Martins agradeceu a presença dos presentes, assim como a prestação incansável da Dra. Ana Cristina Ribeiro para a realização desta reunião e procedeu de uma forma geral a informar sobre a programação. Pediu cópias da moção para entregar uma em cada reunião e esclareceu que o motivo desta reunião interna do CPCCP no início da manhã tem como objetivo definir e defender de uma forma frontal e objetiva a posição do CCP. Mencionou que até a data não houve resposta do PS em relação à alteração à Lei 66-A e que a Dra. Oneto, convidada para debater a questão do piloto do voto eletrónico não poderia assistir pelo que indicou o Engenheiro Joaquim Morgado. O Conselheiro Amadeu Batel assinala que se deve discutir com o poder político e não com os técnicos e todos concordaram em que se o engenheiro estará presente na reunião da CNE, não se justificava uma segunda reunião com o mesmo. O Conselheiro Flávio Martins comentou que esta reunião tem três objetivos concretos: a alteração à Lei 66-A, o orçamento 2023 para o CCP e a discussão de um plano estratégico de políticas para as Comunidades. Quanto à alteração à Lei 66-A, foi debatida no mês de julho e houve um consenso entre todos e o SECCP, Dr. Paulo Cafôfo em proceder primeiro à alteração e depois convocar eleições para o CCP. O Deputado Brillhante

Dias do PS disse que em setembro iriam apresentar as propostas a esta alteração, no entanto até à data não há nenhuma resposta. Quanto ao orçamento também não foi aprovado o que se tinha pedido em julho, mas aprovado 350.000 euros na generalidade, sendo que se este orçamento abarcar a realização dum plenário de toma de posse, o funcionamento do CCP para 2023 ver-se-á comprometido. Quanto ao piloto do voto eletrónico para as eleições do CCP e conforme declarações do Ministro da Administração Interna nas que informa a viabilidade de apenas duas modalidades de voto, presencial e postal, devemos concluir que esta nossa proposta não prosperará no imediato. Após um debate intenso sobre todas estas questões, os Conselheiros presentes manifestaram um mau estar com toda esta situação e decidiram que o Conselheiro Presidente, Dr. Flávio Martins fosse o porta-voz de todas as inquietudes e o crescente desconforto do CCP com toda esta situação. Uma vez finalizada a reunião interna procederam-se então reuniões com os GPs do PS, do PSD (que informou pontos do projeto de sua iniciativa para alterar a Lei do CCP) e do IL, finalizando assim os trabalhos do primeiro dia. No dia 15 de novembro de 2022, segundo dia dos trabalhos, foi a reunião com o GP do PCP, audiência com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, reunião com o Livre e GP do Chega, dando por terminado o segundo dia de trabalhos. No dia 16 de novembro de 2022, terceiro e último dia dos trabalhos foi a reunião com o GP do BE e com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo para finalizar com uma conferência de imprensa e dar assim a conhecer aos meios de comunicação social toda a problemática desta reunião extraordinária. Quanto à reunião com o SE, Dr. Paulo Cafôfo, este informou sobre o estudo que está a ser feito sobre um plano estratégico de políticas para as Comunidades e que uma vez concluído, vai ser entregue ao CCP para que este emita o seu parecer. Mencionou três aspetos importantes para as Comunidades que estão a ser objeto de análise e estudo

nestes momentos: funcionamento consular (trabalhadores), ensino do português (professores) e associativismo (apoios). Uma vez mais os Conselheiros manifestaram que estão abertos para ajudar e contribuir na resolução dos problemas das comunidades e para isso é importante a consulta obrigatória no referente a matérias estruturantes para assim poder dar os contributos necessários. Os Conselheiros consideram que o plano estratégico de políticas para as Comunidades deve conter alterações profundas e não somente de superfície. Quanto às outras reuniões foram debatidos os seguintes pontos: alteração à Lei 66-A, orçamento e eleições ao CCP. Após diversas reuniões ficou definido que até final de novembro o PSD apresentará iniciativa de alteração à lei, assim como o PS o fará o quanto antes, até o final do ano provavelmente (ou até antes). Na reunião com a Segunda Comissão da AR pediu-se então que isso seja aprovado e publicado até junho de 2023, para que o SECP marque eleições para o segundo semestre de 2023. Tudo ficou assim acordado com todos os Grupos Parlamentares e com o SECP. Dos pontos que nos deram a conhecer quanto às iniciativas do PS e PSD: 1. ambos os GPs concordam que haja consulta obrigatória (não vinculativa) ao CCP em matérias relativas às políticas para as Comunidades; 2. que o número de conselheiros/as aumente até 90 (havia-se proposto até 100); 3. Que os conselheiros obrigatoriamente integrem os conselhos consulares de suas respetivas áreas. 4. Que se avance com a paridade no CCP. Quanto ao Plenário de meio de mandato o PS não tem proposta e o PSD aponta para Plenários anuais. Quanto ao piloto de voto eletrónico na futura eleição apenas o PSD tem proposta nesse sentido. O PS e outros com quem se falou (BE, PCP, Chega, IL) têm posição contrária. Quanto ao CCP ter um gabinete de apoio, uma melhor estrutura, o PS não manifestou posição, mas o PSD avançará com isso em sua iniciativa e todos os outros GPs são favoráveis. Assim, nada mais havendo a deliberar, e como ninguém mais

quisesse usar da palavra a reunião foi encerrada às 18h00 de Lisboa. Por fim, mandou-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

*José Augusto Coutinho*

*M. A. Almeida*